



FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO LUÍS

Rua Floriano Peixoto, 839/873 – Cep 14.870-000 - (016) 3209-1800

www.saoluis.br/direito – direito@saoluis.br

CURSO DE DIREITO

DADOS DA DISCIPLINA

Nome da Disciplina: **MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

Curso: DIREITO

4º. Período

Carga horária semanal 2 hs/a

Carga horária semestral 36 hs/a

Docente Responsável:

EMENTA

Desenvolvimento histórico da arbitragem. Acesso à justiça e jurisdição arbitral. Requisitos de admissibilidade do juízo arbitral. Dos árbitros. Processo e procedimento arbitral. Decisões arbitrais. Arbitragem e direito de empresa. Arbitragem internacional. Negociação, técnicas e métodos. Mediação.

OBJETIVOS GERAIS

Proporcionar uma visão crítica dos aspectos legais e doutrinários da jurisdição arbitral como meio legítimo para a solução de conflitos de ordem interna e externa, colocado à disposição dos jurisdicionados; Traçar as linhas mestras para uma melhor interpretação e operacionalização da Lei n. 9307/96.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Fornecer os subsídios necessários para que o operador do direito possa administrar as controvérsias com que se depara ao firmar um ato jurídico negocial, fazendo uso do instituto em questão; Analisar a utilização da arbitragem na seara do Direito de Empresa para operacionalizar sua inserção prática como alternativa de solução de conflitos nos contratos empresariais. Envolvimento da negociação e da arbitragem em processos de negociação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1-Considerações históricas. Aspectos sócio-jurídicos da arbitragem no cenário internacional. A arbitragem no cenário nacional. 2- Acesso à justiça e jurisdição arbitral. A crise do processo e da jurisdição estatal. O princípio da inafastabilidade da jurisdição estatal e o regime jurídico da arbitragem. Arbitragem e acesso à justiça. 3- A arbitragem e institutos congêneres: transação, conciliação e mediação: distinção e similitudes. 4-Natureza jurídica da arbitragem. 5- Requisitos de admissibilidade do juízo arbitral. Pessoas que podem convenicionar arbitragem. Objeto no juízo arbitral. Convenção de arbitragem e cláusula compromissória. Efeitos. Compromisso arbitral. 6- Dos árbitros. Requisitos para o desempenho de suas funções. Impedimentos e suspeição. Recusa e escusas à nomeação. Processo e procedimento arbitral. Instauração do processo arbitral. Fases do procedimento arbitral. 7- Decisões e sentença arbitral. Requisitos de fundo e de forma Conteúdo. Natureza jurídica. Efeitos. Nulidade. Execução. 8- Arbitragem e direito de empresa. A arbitragem como meio de conservação dos relacionamentos contratuais entre empresas. O caráter negocial da cláusula compromissória. Contornos atuais da autonomia negocial. 9- Arbitragem internacional. Sentença arbitral estrangeira. Requisitos para o reconhecimento da sentença arbitral estrangeira. Homologação e eficácia da sentença arbitral estrangeira em território brasileiro. Execução da sentença arbitral estrangeira. 10- Técnicas e métodos de negociação. Abordagem prática. 11. Negociação.

ESTRATÉGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM (METODOLOGIAS DE SALA DE AULA)

A abordagem dos conteúdos se fará por meio de aulas expositivas, nas quais será incentivada a constante participação dos alunos, e de resolução de exercícios, especialmente pela análise de casos concretos extraídos da jurisprudência.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação será desenvolvida sob três modalidades: avaliação diagnóstica, avaliação formativa e avaliação somativa. Nos primeiros encontros, as aulas buscarão estabelecer as relações do conteúdo trabalhado com conhecimentos preliminares, revisando-se brevemente temas e abordagens



FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO LUÍS

Rua Floriano Peixoto, 839/873 – Cep 14.870-000 - (016) 3209-1800

www.saoluis.br/direito – direito@saoluis.br

CURSO DE DIREITO

desenvolvidos em etapas anteriores do Curso. Nesse momento, o docente será capaz de identificar deficiências de formação teórica e técnica do aluno, cabendo-lhe empregar as ferramentas adequadas para corrigi-la. A aprovação do aluno será condicionada à obtenção das médias estabelecidas pelo regimento do Curso, a partir de avaliações que aferirão o domínio dos conteúdos ministrados e o adequado emprego da linguagem técnico-jurídica. Além das provas, compostas de questões de múltipla escolha e questões discursivas, serão apresentados estudos de casos práticos de negociação e arbitragem.

SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO PARA A RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Diante de resultados insatisfatórios nos trabalhos e avaliações parciais, serão desenvolvidas atividades complementares de nivelamento, visando reforçar os conteúdos e viabilizar condições reais de recuperação do aluno. Propõem-se, para tanto, questionários adicionais, seminários e estudos dirigidos envolvendo os pontos teóricos problemáticos.

BIBLIOGRAFIA - BÁSICA

CAHALI, Francisco José. *Curso de Arbitragem, Mediação e Conciliação Resolução CNJ 125/2010*. 6. ed. São Paulo: RT, 2017.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. *Manual de Arbitragem - Mediação e Conciliação* – 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VALÉRIO, Marco Aurélio Gumieri. *Arbitragem no direito brasileiro*. São Paulo: Leud, 2004.

BIBLIOGRAFIA – COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Ricardo Ramalho (*et al*). *Arbitragem internacional: questões da doutrina e da prática*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

ALVIM, José Eduardo Carreira. *Comentários a lei de arbitragem*. 2.ed. Paraná: Juruá, 2007.

CRETILLA NETO, José. *Comentários à lei de arbitragem brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. *Aspectos práticos da arbitragem*. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva (*et al*). *Princípios de negociação – ferramentas e gestão*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MORAIS, José Luis Bolzan de. *Mediação e arbitragem alternativas à jurisdição*. 3 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

REVISTA DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 2004-. Trimestral.